

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS VENEZUELANAS DA ETNIA WARAO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Maria Amélia Silva da Costa ¹
Juliane Neves Silva da Costa ²
Tatiana Cristina Vasconcelos ³

RESUMO

O processo de inclusão social e educacional é um paradigma e um direito de todos. Nesse sentido o presente estudo busca discutir sobre o processo de exclusão-inclusão de crianças indígenas venezuelanas da etnia Warao no contexto escolar. Os registros oficiais apontam que desde 2014 diversas famílias venezuelanas vivem no município de João Pessoa, muitas se deslocaram para a cidade interessadas, sobretudo, no acesso aos direitos básicos. Os resultados preliminares revelam que embora a legislação da educação e os documentos oficiais assegurem o direito dessas crianças a serem matriculadas nas instituições públicas, não são suficientes para que se efetive concretamente uma inclusão que respeite sua cultura, seu idioma e suas tradições brincantes. Sendo assim, com base nas concepções de Zoia (2010), Egas (2020), dentre outros autores que desenvolvem estudos e pesquisa em relação a esta temática. A garantia de acesso à educação é um dos valiosos instrumentos para a inclusão dessa população refugiada, pois possibilita a inserção social nos vários aspectos da vida, visto que ao ser negada a educação, conseqüentemente, a omissão de todos os outros direitos também serão negligenciados. Compreendemos que a escola é um espaço social que promove o desenvolvimento integral das crianças, caminha ao encontro da diversidade e da particularidade de cada indivíduo, observando os problemas e os desafios sob diferentes óticas, de forma a proporcionar experiências brincantes, tendo a brincadeira como um recurso pedagógico que promove a inclusão. Sendo assim, a ludicidade oportuniza e desenvolve as potencialidades cognitiva, motora, afetiva e social de todas as crianças. Desse modo, esta pesquisa qualitativa exploratória se justifica pelo processo de inclusão das crianças indígenas Warao estarem em evidência na educação infantil, na perspectiva de uma educação inclusiva que valorize e respeite as diferentes culturas.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Ludicidade, Crianças indígenas Warao.

INTRODUÇÃO

O estudo referente à educação de crianças indígenas venezuelanas da etnia Warao surgiu das nossas inquietações como professoras ao estabelecer contato com famílias refugiadas vindas da Venezuela, na qual migraram para o Brasil devido a situação econômica, política e

¹Docente PMJP (Educação Infantil). Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, ameliacosttaa@gmail.com;

²Psicóloga. Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, psijulianecosta@gmail.com;

³Professora orientadora: Docente UEPB (DE/PROFEI). Doutora em Educação (UERJ), tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br.

social do seu país de origem. Os registros oficiais apontam que desde 2014 diversas famílias Venezuelanas vivem no município de João Pessoa-PB, muitos migraram para esta localidade interessados, sobretudo, pelo acesso aos direitos básicos para sobrevivência humana, como: alimentação, trabalho, educação e saúde. Apesar de terem conseguido se estabelecer na cidade, a realidade de muitas famílias ainda é de situação de vulnerabilidade social.

Para possibilitar a garantia do direito à educação para as crianças e adolescentes a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa-PB, em parceria com outras secretarias, criou uma estratégia intersertorial e conseguiu promover um diálogo com os líderes dos povos indígenas de etnia Warao para inserir as crianças e os adolescentes no sistema municipal de ensino.

Embora os documentos oficiais assegurem o direito dessas crianças a serem matriculadas nas instituições públicas, a legislação não é suficiente para que de fato a inclusão ocorra na prática. A garantia de acesso à educação é um dos valiosos instrumentos para a integração dessa população refugiada, porque possibilita a inserção social nos vários aspectos da vida, visto que aos ser negada à educação, conseqüentemente, à omissão de todos os outros direitos também serão negligenciados.

Nesse sentido, os indígenas da etnia Warao enfrentam situações de múltiplas adversidades resultado da saída forçada das terras nativas como: dificuldades linguística, culturais, documentais e preconceito de diferentes naturezas. Porém, esses obstáculos não podem ser impeditivos ao acesso dessas crianças à educação e, principalmente, a permanência delas na escola/creche.

Neste cenário, observamos que as famílias indígenas Warao não fazem objeção das crianças serem matriculadas na rede regular de ensino, no entanto, os pais revelam que as dificuldades decorrentes da língua, das tradições brincantes, da musicalização, enfim, do apagamento da sua cultura geram receio entre os familiares. Esse é um ponto que nos chama atenção para a importância de pensarmos em uma proposta pedagógica inclusiva e que respeite as diferenças culturais.

Considerando o que afirma a legislação brasileira todos têm direito à educação gratuita, laica, inclusiva e de qualidade, com uma proposta pedagógica que valorize e respeite as diferenças culturais, sociais, étnica, religiosa, de gênero, enfim, a diversidade humana desde o nascimento.

A escola é um espaço social privilegiado para a apropriação do conhecimento historicamente sistematizado, que favorece a diversidade e as especificidades de cada indivíduo, visualizando os problemas e os desafios sob diferentes óticas de forma a proporcionar

interações e experiências significativas na prática pedagógica e na vida social das crianças.

Apesar da lei 11.645 de 10 de março de 2008 determinar a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no entanto, essa lei não trata da Educação Infantil, porém, diversos estudiosos da área defendem a necessidade de incluir no currículo da Educação Infantil os saberes que contemplem a história e a cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e dos povos indígenas, desvelando as contribuições histórico-culturais desses grupos.

Por isso, é imprescindível que os/as professores/as que trabalham na educação infantil, tenham acesso a compreensão da cultura dos povos originários, apropriem-se de saberes que possam subsidiarem na construção de proposta pedagógica de fato inclusiva, pautada numa perspectiva que proporcione uma educação bilíngue, intercultural, que valorize e preserve a memória do seu povo, sua etnia e seus saberes milenares.

No cenário que desvelamos, faz-se necessário a compreensão da importância de construir uma proposta pedagógica e curricular que seja uma bússola para que as instituições e os/as professores/as concretizem projetos pedagógicos voltados para proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias culturais dos povos indígenas, tendo em vista o desafio de se apropriar de uma cultura indígena pouco conhecida no Brasil, os indígenas de etnia Warao da Venezuela.

Essas discussões suscitaram meu interesse de pesquisa pela temática da educação indígena na Educação Infantil e especificamente pela compreensão de um trabalho pedagógico intercultural desde a mais tenra idade. Diante do exposto destacamos o seguinte problema de pesquisa: Como a organização do trabalho pedagógico de base intercultural pode favorecer ao processo de inclusão das crianças indígenas de etnia warao na Educação Infantil, de modo a valorizar sua cultura e seus saberes? Como a ludicidade pode contribuir com o processo de inclusão e reconhecimento da diversidade das crianças indígenas da etnia Warao na educação infantil?

A presente pesquisa tem a pretensão de contribuir para o debate acerca da valorização cultural dos grupos étnicos, sobretudo pela ausência de discussão, debates e pesquisas aqui no Brasil em relação as crianças indígenas, portanto, faz-se necessário buscar respostas para nossas indagações acerca da organização do trabalho pedagógico intercultural com as crianças indígenas de etnia warao.

METODOLOGIA

Visando alcançar o objetivo do presente estudo, optamos por uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que a revisão de literatura permite ao pesquisador obter uma visão global e acompanhar o andamento das pesquisas sobre uma temática específica, tornando-se capaz de identificar os pontos críticos e as lacunas de conhecimento sobre o tema. “Por esse motivo, tende a começar antes mesmo de a pesquisa ser iniciada e segue contínua e constantemente até a finalização” (Rodrigues, Neubert, 2023, p.63).

Para tanto, realizamos leituras de artigos científicos, livros, tese de mestrado, documentos oficiais e Organização não governamental - ONG, para a compreensão sobre a temática. Nesse processo as experiências da prática pedagógica também contribuíram para a reflexão-ação-reflexão sobre o problema.

O campo de estudo sobre a temática no Brasil ainda é bastante incipiente, a literatura de apoio específica sobre a temática é limitada, assim são urgentes as discussões e pesquisas, sobre o papel das escolas urbanas que recebem crianças indígenas e como acontece o processo de inclusão numa proposta curricular e pedagógica pautada no ensino - aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presença das crianças indígenas da etnia Warao nos vários Estados e Municípios paraibano significou um sinal de alerta para a sociedade civil, como também para os governantes, em relação a garantia de direitos aos grupos minoritários, evidenciando as infâncias indígenas do nosso território e as crianças indígenas venezuelanas.

Embora os documentos oficiais garantam o direito dessas crianças viverem suas infâncias, seu tempo, sua história e sua cultura, essas leis não são suficientes para garantir a concretização desses direitos. Conforme o Artigo 5º da Constituição Federal “Todas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e os estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Considerando o que afirma a Norma Legal, as crianças têm o direito de viver suas infâncias e serem respeitadas nas suas diferenças culturais, sociais, étnicas e religiosas, enfim, a diversidade humana desde o nascimento.

Apesar de existir amparo legal para as crianças indígenas brasileiras, como também para as crianças refugiadas da etnia Warao, ainda observamos uma lacuna significativa entre as leis e a realidade de vida dessas crianças. A esse respeito Zoia e Peripolli (2010, p.11) alerta:

“Quando nos propomos a falar da infância indígena precisamos ter clareza de que estamos entrando num universo extremamente complexo, pois trata-se de um contexto multiétnico e composto de uma enorme diversidade cultural”.

A escola é um espaço social que promove a construção de conhecimento, caminha ao encontro da diversidade e da particularidade de cada indivíduo, compreendendo os problemas e os desafios sob diferentes óticas de forma a proporcionar experiências significativas na prática pedagógica e na vida social das crianças, de modo a “pensarmos a adequação do serviço educacional a fim de que os indígenas não fiquem à margem do processo de ensino-aprendizagem” (ACNUR, 2020, p. 59).

Diante desse contexto, as/os professoras/res que trabalham com esse público têm um importante papel na construção de uma educação intercultural, desse modo é urgente que se pense em propostas curriculares e pedagógicas que abordem essas questões culturais, tendo em vista que “[...] não podem ser ignoradas pelos educadores, sob o risco de a escola cada vez mais se distancie mais dos universos simbólicos, das mentalidades e das inquietudes das crianças e de jovens de hoje” (Candau, 2008, p. 16).

No entanto, para construirmos uma educação intercultural nas instituições de Educação Infantil não é o bastante abordar alguns conteúdos que fazem parte da cultura indígena, além do que a simples seleção de conteúdos no campo curricular pode evidenciar ou omitir a existência de determinados grupos, portanto, a proposta curricular deve possibilitar que as crianças vivenciem experiências, partindo daquelas que suas condições concretas de vida lhes permitam acessar e ampliar seus conhecimentos sobre sua cultura.

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009) é preciso considerar:

“[...] a criança centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimento sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura” (Brasil, 2009, p.1).

Partindo do pressuposto de que a criança é um ser brincante e protagonista do seu desenvolvimento enquanto brinca. A brincadeira na vida das crianças tem sido discutida a partir de diversas abordagens, todas reconhecendo a importância que tem essa ação para o desenvolvimento infantil. De acordo com Vigotski (2021, p. 209-210), “Parece-me que, do ponto de vista do desenvolvimento, a brincadeira é uma forma predominante de atividade, mas em certo sentido é a linha que guia o desenvolvimento na idade pré-escolar”.

A percepção do brincar é inerente ao ser humano pela sua capacidade de relacionar-se, de recriar, de imaginar de mover-se, de rir dos outros e de si mesmo. A ludicidade que perfaz esse brincar é a percepção mais ampla dessa vivência que possibilita a aprendizagem, o estímulo artístico e a sensibilização.

Brincando as crianças reconhecem aspectos da cultura no qual estão inseridas exercitam atividades inerentes aos costumes da comunidade do qual faz parte. Nas brincadeiras revivem os atos dos adultos a que as crianças interagem umas com as outras, expondo sua visão dos fatores do cotidiano. Nessas brincadeiras, as crianças reafirmam costumes e reforçam hábitos inerentes a família, a escola, aos grupos sociais dos quais fazem parte.

O brincar infantil, no entanto, nem sempre é imitação do adulto. Deve-se levar em conta a capacidade criativa das crianças. Na brincadeira, elas também podem criar um mundo que não é coordenado pelos adultos, onde elas podem se colocar da maneira que bem entender. Brincar favorece e desenvolve o faz de conta, amplia as leituras da realidade em que convivem, permite que as crianças expõem suas formas de recriar a realidade em que vive, além de criar um universo em que o mundo da imaginação lhes diz e mostra que tudo é possível.

Ainda de acordo com o DCNEI (Brasil, 2009), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

“Éticos (da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades); Políticos (dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática) e Estéticos (da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais)” (Brasil, 2009, p.16).

Nesse sentido, faz-se necessário repensar o currículo educacional e sua relação com o processo formativo dos/as docentes, corroborando com essa discussão Lira, Silva e Salustiano (2014, p. 150), ressalta a importância de se pensar em um currículo pautado na interculturalidade, no bilinguismo ou multilinguismo, que tenha como categoria central a territorialidade, o conhecimento indígena e seus modos de produção e expressão. Além disso, devem ser considerados os contextos “socioculturais expressas nas demandas educacionais e na participação comunitária, na pesquisa como fundamento articulador permanente entre teoria e prática, ligado ao saber historicamente produzido e, intrinsecamente aos interesses e as necessidades dos povos indígenas”.

Apesar do campo de estudo sobre Educação Infantil Indígena no Brasil ainda ser bastante incipiente, como alerta Rosemberg (2005, p. 1), “o tema educação infantil (EI) para povos indígenas é novo no Brasil e a literatura de apoio específica sobre o tema é praticamente inexistente”, assim, são urgentes as discussões e pesquisas sobre o papel da Educação Infantil

no interior das comunidades indígenas, o papel das escolas urbanas que recebem crianças indígenas e como se construir uma proposta curricular e pedagógica pautada na diversidade cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a Lei 11.645/2008, em seu artigo 26 – A está escrito: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. No entanto, essa lei não inclui o segmento da Educação Infantil, porém se faz necessário que as instituições e as professoras/es que atendem essa população, compreendam a importância desses conteúdos na sala de referência, pois não podemos anular as diversidades que chegam nos ambientes educacionais, pois, até então, o desconhecimento, o preconceito em relação aos povos indígenas, permanece com significativa atração na sociedade.

Nesse contexto, é essencial um currículo e uma formação que contemple a identidade cultural local, comprometida com as questões das diferenças culturais na perspectiva da interculturalidade permeada pelo desafio de questionar e denunciar o conhecimento que igualará o processo histórico e cultural dos indígenas. Mas, além de questionar, é preciso criar, elaborar possibilidades diversas de diálogos e troca de saberes, práticas, em que as culturas, identidades e diferenças culturais, sejam compreendidas, reconhecidas e valorizadas como fontes de conhecimentos (Lima, 2020).

A importância de um currículo inclusivo e de uma formação que contemple a identidade cultural local é crucial para a inclusão educacional de crianças da etnia Warao, ou de qualquer grupo culturalmente distinto. A perspectiva da interculturalidade oferece uma abordagem que não apenas reconhece, mas valoriza as diferenças culturais, promovendo um ambiente educativo que acolhe e respeita a diversidade.

Um currículo inclusivo que incorpora a identidade cultural local, como a dos Warao, permite que essas crianças vejam suas culturas e histórias refletidas no conteúdo escolar. Isso não apenas fortalece a autoestima e a identidade cultural das crianças, mas também educa os colegas sobre a riqueza da diversidade cultural, promovendo respeito e empatia. A equidade na educação não pode ser alcançada se as particularidades culturais das crianças forem ignoradas. Um currículo que reconhece e integra as culturas indígenas facilita um ambiente onde todos os estudantes têm iguais oportunidades de aprender e prosperar. Isso corrige desigualdades históricas e sociais que afetam negativamente as crianças indígenas. Quando o currículo escolar

é relevante para a vida e a cultura dos alunos, ele se torna mais interessante e envolvente. Para as crianças Warao, aprender através de histórias, práticas e conhecimentos tradicionais de sua cultura torna a experiência educativa mais significativa e motivadora, aumentando o engajamento e a retenção escolar.

Educadores precisam ser sensibilizados e capacitados para compreender e valorizar as culturas dos povos indígenas. A formação contínua deve incluir o estudo das culturas locais, estratégias pedagógicas interculturais e métodos para lidar com a diversidade cultural na sala de aula. Isso garante que os professores não apenas transmitam conhecimento, mas também respeitem e valorizem as diferenças culturais (Lima, 2020). A formação intercultural ajuda a desconstruir preconceitos e estereótipos que educadores possam ter em relação às culturas indígenas. Ao promover uma educação baseada no respeito mútuo e na valorização da diversidade, os professores se tornam agentes de mudança que combatem a discriminação e o preconceito no ambiente escolar. Envolver a comunidade Warao no processo educativo é essencial. Isso pode incluir a participação de líderes comunitários e pais em atividades escolares, a integração de saberes tradicionais no currículo e a consulta contínua sobre as necessidades e expectativas da comunidade. Essa colaboração fortalece os laços entre escola e comunidade, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso.

A interculturalidade promove o respeito e o reconhecimento das diferenças culturais como elementos enriquecedores da sociedade. Na educação, isso se traduz em práticas pedagógicas que valorizam as culturas indígenas, promovendo uma visão inclusiva e pluralista do mundo. A interculturalidade incentiva o diálogo entre diferentes culturas, criando espaços onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas. Na sala de aula, isso pode se manifestar em atividades colaborativas, discussões abertas e projetos que envolvam diversas perspectivas culturais, enriquecendo o aprendizado de todos os estudantes (Candau, 2008). Educar na perspectiva da interculturalidade prepara as crianças para serem cidadãos globais, conscientes e respeitosos das diversas culturas do mundo. Para as crianças Warao, isso significa crescer em um ambiente que não apenas aceita, mas celebra suas identidades culturais, preparando-as para viver em um mundo globalizado de maneira digna e respeitosa.

A inclusão educacional de crianças da etnia Warao requer um currículo inclusivo e uma formação de educadores que valorizem e integrem as identidades culturais locais. A perspectiva da interculturalidade oferece uma abordagem que não apenas reconhece a diversidade cultural, mas a celebra como uma riqueza a ser compartilhada. Isso promove um ambiente educativo mais justo, equitativo e enriquecedor, onde todas as crianças podem aprender e crescer com dignidade e respeito (Candau, 2008).

O processo de exclusão-inclusão de crianças indígenas venezuelanas da etnia Warao no contexto escolar é complexo e multifacetado, refletindo as interseções de cultura, língua, política e socioeconomia. A migração forçada dessas famílias devido à crise política e econômica na Venezuela exacerba os desafios enfrentados por essas crianças ao ingressarem no sistema escolar de países de acolhimento, como o Brasil.

Segundo os textos analisados, uma das principais barreiras enfrentadas pelas crianças Warao é a diferença linguística. Muitos não falam português e possuem o Warao como língua materna, o que dificulta a comunicação e o entendimento das aulas. Além disso, a cultura escolar ocidental pode ser estranha e desafiadora para essas crianças, que vêm de um contexto cultural significativamente diferente.

A inclusão das crianças Warao no contexto escolar exige uma abordagem sensível e multicultural, que respeite e valorize suas identidades culturais. Uma das estratégias mais eficazes para promover a inclusão é o uso de atividades lúdicas na educação infantil. Jogos e brincadeiras podem ajudar a superar as barreiras linguísticas, pois muitas atividades lúdicas não dependem exclusivamente da linguagem verbal. Através do brincar, as crianças podem se comunicar e expressar sentimentos e ideias de maneira não verbal. Atividades lúdicas que incorporam elementos da cultura Warao podem ajudar a integrar essas crianças, fazendo com que se sintam valorizadas e respeitadas. Por exemplo, contar histórias tradicionais Warao, usar músicas e danças indígenas, e envolver as crianças em jogos tradicionais pode fortalecer sua identidade cultural.

Brincadeiras em grupo promovem a interação social, ajudando as crianças a formarem vínculos com seus colegas. Isso é crucial para a criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. A ludicidade facilita o aprendizado de forma natural e prazerosa, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais de maneira integrada e significativa. Assim, é essencial que os educadores sejam capacitados para implementar atividades lúdicas inclusivas. Isso inclui treinamento em métodos de ensino lúdicos, sensibilização cultural e estratégias para lidar com a diversidade.

Segundo Ribeir, Matos e Pinheiro (2023) a inclusão de crianças indígenas Warao no contexto escolar exige uma abordagem que vá além das adaptações curriculares tradicionais. A integração de atividades lúdicas é uma estratégia eficaz para criar um ambiente educativo inclusivo, onde essas crianças possam desenvolver-se plenamente, respeitando e valorizando suas identidades culturais. A ludicidade não apenas facilita a aprendizagem e a integração social, mas também promove o respeito e a valorização da diversidade cultural, essencial para uma educação verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado é essencial compreendermos os saberes milenares e a cultura lúdica das crianças indígenas da etnia Warao que são matriculadas nas instituições que atendem o segmento da educação infantil.

Assim, as brincadeiras executadas no espaço educativo podem ser um recurso pedagógico que promoverá a socialização e a inclusão de forma prazerosa das crianças indígenas do Warao, pois é durante essas atividades brincantes, que eles conseguem interagir e fluir o sentimento de pertencimento querendo está no ambiente de educação. Além disso, é imprescindível que as unidades de educação reelaborem suas propostas pedagógicas com um currículo diversificado e intercultural, reconhecendo a cultura, os saberes e a história de vida de cada criança. Deste modo, é evidente a necessidade de engajamento e compromisso das/os professoras/es da Educação Infantil, para a compreensão de que a criança é coparticipante dos processos educativos e protagonista da sua história.

Nessa perspectiva, a Instituição de Educação Infantil deve assegurar, por meio de vivências apropriadas e da organização do ambiente, que todas as crianças independentemente de sua diversidade possam se desenvolver integralmente e crescer em plenitude.

Ademais, é importante que haja políticas sociais para atender as necessidades dessa população, que encontra-se em situação de vulnerabilidade. Nessa perspectiva a Lei 13.684/2018, que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, precisa que os governantes compreendam a urgência de uma proposta com políticas sociais que possa garantir concretamente o que está disponibilizado no texto da norma legal supracitada.

Outro ponto que foi observado nas leituras realizadas é que, na proposta pedagógica da Educação infantil necessita ser incluído a diversidade, a cultura dessa população. É importante que a instituição educacional veja esse espaço como um ambiente privilegiado para as interações e brincadeiras, reconheçam a importância do brincar para o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

OS WARAO no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. UNHCR ACNUR – Agência da ONU para refugiados. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 13-37.

LIRA, André Augusto Diniz; SILVA, Andréia Ferreira da; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. Povos indígenas e escolarização no Brasil: Do plano político-legal à efetivação **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 14, p. 145-157, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao. **Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia**, v. 3, n. 02, p. 137-152, 2020.

MOANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RIBEIRO, Karem Rafaela Rocha; MATOS, Lucília; PINHEIRO, Welington. O lúdico e a interculturalidade para a inclusão: uma etnografia junto a indígenas Warao em Belém-PA. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 21, n. 1, p. 112-124, 2023.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patricia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil e povos indígenas no Brasil: apontamentos para um debate. In: **DISCUTINDO políticas de educação infantil, educação escolar indígena**. Recife-PE: MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil. Centro de Cultura Luiz Freire-CCLF. Edição: Margarida Azevedo, 2005.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L.S. Vigostki**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

ZOIA, Alceu; PERIPOLLI, Odimar J. Infância indígena e outras infâncias. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/download/12647/10473>. Acesso em: 25 jun. 2023.